

Produtor recorre contra correção

Justiça foi a única saída encontrada para fugir ao endividamento

Cerca de 150 produtores rurais do DF, em sua maioria donos de pequenas e médias propriedades, vão entrar hoje com ação judicial contra a aplicação da correção monetária plena na atualização de financiamentos agrícolas concedidos antes e depois do Plano Cruzado. Eles estão descapitalizados e endividados, mas alegam que têm uma condição peculiar na medida em que produzem alimentos para a população e que os preços dos produtos agrícolas não acompanham as altas taxas de inflação.

A decisão de recorrer à Justiça contra a correção monetária aplicada pelos bancos foi tomada ontem, em assembléia extraordinária do Sindicato Rural de Brasília com a participação de aproximadamente 100 produtores. De acordo com o presidente da Associação Rural de Taquara, José Viana, "só resta aos produtores agrícolas e recurso jurídico, já que os meios políticos foram esgotados". Eles defendiam a aprovação de um projeto, na Constituinte, que previa o parcelamento da dívida dos microempresários, pequenos produtores rurais e pessoas físicas. O projeto, no entanto, foi vetado pela Comissão de Sistematização da Constituinte.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Brasília, Rubens Gorayb, até o final do mês cerca de 1 mil 500 produtores terão recorrido à Justiça, contra a cobrança da correção monetária. As taxas de juros reais, entre 6 e 10% para o financiamento de custeio, não estão penalizando tanto quanto a correção, afirmou Gorayb. Para o advogado do sindicato, Itamar Ferreira, o Plano Cruzado foi um "fato extraordinário, pelo qual o produtor não pode se responsabilizar". Ele acrescentou que quem criou este plano foi o governo, que agora deve responder por suas danosas consequências.

Durante a assembléia da categoria, Rubens Gorayb, José Viana e o presidente da Associação dos Produtores do DF, Damião Sousa Neto, foram ao Ministério da Fazenda, onde tiveram audiência com o assessor Edmar da Costa Barros. Não obtiveram, porém, nenhum posicionamento do governo federal em relação à solução do problema. Para o sindicato, os produtores hoje endividados acreditaram no Cruzado, investindo e confiando nas baixas taxas de juros e correção monetária. Com o Cruzado II, em novembro, os bancos credores alteraram as taxas de juros e voltaram a cobrar a correção monetária plena, inviabilizando a quitação do débito.